

EDITORIAL

INCLUSÃO NO ENSINO SUPERIOR: PERSPECTIVAS E DESAFIOS

A inclusão educacional é um princípio fundamental para a construção de uma sociedade mais equitativa e plural. No Brasil, o direito à educação inclusiva está consagrado na Constituição Federal de 1988 e em legislações subsequentes, como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei n.º 9.394/96)¹ e a Lei Brasileira de Inclusão (Lei n.º 13.146/15)². Entretanto, a concretização desse direito enfrenta desafios específicos no ensino superior, que diferem significativamente daqueles do ensino básico.

A inclusão vai além do acesso, exigindo também condições adequadas para a permanência e o êxito acadêmico dos estudantes com deficiência. A política de cotas, estabelecida pela Lei n.º 12.711/2012 e ampliada pela Lei n.º 13.409/2016, representou um avanço ao reservar vagas para estudantes com deficiência nas universidades públicas. No entanto, essa medida, por si só, não garante que esses alunos tenham experiências educacionais plenas. A permanência desses estudantes depende de políticas institucionais de suporte, incluindo adequações curriculares, acessibilidade física e atitudinal, bem como o envolvimento da comunidade acadêmica na construção de uma cultura de respeito e equidade.

Os desafios da inclusão no ensino superior envolvem barreiras físicas, pedagógicas e atitudinais. Em muitas instituições, a infraestrutura é insatisfatória no quesito acessibilidade, dificultando a mobilidade e a participação ativa dos alunos, como a ausência de rampas, elevadores, sinalização tátil e materiais adaptados, os quais são fundamentais para garantir a autonomia desses estudantes. Além do quesito estrutural, outro desafio ocorre quando a atenção se volta para o perfil de muitos docentes, que não possuem formação adequada para atuar com a diversidade de perfis e necessidades, uma vez que a maioria possui formação técnica e específica para área do conhecimento a qual atuam.

Outro aspecto crucial é a cultura universitária, que possui em sua concepção um processo de extrema autonomia por parte do aluno. O modelo de ensino tradicional, pautado na homogeneidade e na produtividade, precisa ser revisto para contemplar a diversidade dos estudantes. A inclusão deve ser vista não apenas como uma adequação curricular, mas como um princípio pedagógico que valoriza diferentes formas de aprendizagem e conhecimentos. Um ensino pautado na inclusão deve considerar o uso de

recursos e estratégias que garantam o pleno acesso dos conteúdos acadêmicos aos estudantes.

Diversos estudos abordam a temática relacionada à inclusão com um foco maior no ensino básico e nos anos iniciais. A educação básica é a base para a construção alicerçada da educação, mas os alunos não deixam de apresentar suas individualidades e necessidades educacionais específicas quando transitam para o ensino superior. Essa invisibilização necessita ser combatida a partir de planejamentos e ações específicas voltadas para garantir não apenas o acesso, mas a permanência e o êxito acadêmico desses alunos.

As adequações devem ocorrer a partir do desenvolvimento de uma política de educação inclusiva bem definida. Essa política deve prever o ingresso, a identificação do aluno com necessidade educacional específica e a definição de serviços de apoio educacional. Com a política definida, as adequações são determinadas com base na individualidade de cada aluno e de acordo com a necessidade apresentada. Dentre elas, destaca-se a implementação de núcleos de acessibilidade nas universidades, com equipes multiprofissionais capacitadas para oferecer suporte acadêmico e psicopedagógico aos estudantes. Esses núcleos devem atuar na orientação docente, no acompanhamento pedagógico dos estudantes com deficiência e na proposição de estratégias para eliminar barreiras no ambiente acadêmico. A sensibilização da comunidade acadêmica também é essencial para combater preconceitos e garantir um ambiente acolhedor e respeitoso.³

Além disso, o suporte emocional e psicológico aos estudantes com deficiência deve ser considerado um elemento essencial para a permanência e o sucesso acadêmico. Muitas universidades já contam com serviços de assistência estudantil que incluem apoio psicológico e terapêutico, ajudando os alunos a lidarem com os desafios emocionais que podem surgir no decorrer de sua trajetória acadêmica.

Outro aspecto relevante é a necessidade de um currículo mais flexível e adaptável, que possa atender à diversidade dos estudantes. Estratégias como ensino híbrido, atividades assíncronas e adaptações metodológicas podem contribuir para que todos os estudantes tenham as mesmas oportunidades de aprendizado. A flexibilização das avaliações, considerando diferentes formas de expressão e produção do conhecimento, também deve ser incentivada.⁴

As parcerias entre universidades e organizações especializadas em acessibilidade são uma estratégia relevante para fortalecer as políticas inclusivas. Instituições de ensino superior podem firmar convênios com entidades que fornecem tecnologias assistivas, programas de capacitação para docentes e suporte para alunos com deficiência. Além disso, a criação de grupos de pesquisa e extensão focados na inclusão pode proporcionar espaços de troca de experiências e desenvolvimento de soluções inovadoras.⁵

O investimento em tecnologias assistivas também é um fator determinante para a inclusão no ensino superior. Softwares de leitura de tela, teclados adaptados, tradutores automáticos e plataformas acessíveis são apenas algumas das ferramentas que podem facilitar a aprendizagem. É fundamental que as universidades garantam acesso a essas tecnologias e capacitem seus profissionais para utilizá-las de forma eficiente.

Ainda que existam os recursos físicos, estruturais e tecnológicos, o mais importante se refere ao processo de formação continuada do docente. O professor é o principal responsável pelo processo de ensino aprendizagem, e deve ser capacitado frequentemente em relação às temáticas que envolvem adequações curriculares e metodológicas para alunos com deficiência.

O atual cenário de aumento expressivo no ingresso de alunos público-alvo da educação especial não permite que as práticas de inclusão sejam acessórias e superficiais. A inclusão deve ser um compromisso social e acadêmico inadiável. O ensino superior deve ser um espaço de transformação social, que promova a equidade e a diversidade, preparando cidadãos para uma sociedade mais justa e democrática. Somente assim poderemos consolidar um ensino superior verdadeiramente inclusivo, onde todos tenham as mesmas oportunidades de aprendizado e crescimento.

REFERÊNCIAS

1. BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 24 fev. 2025.
2. BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei Brasileira de Inclusão). Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm. Acesso em: 24 fev. 2025.
3. SASSAKI, Romeu Kazumi. **Inclusão: um guia para educadores**. Rio de Janeiro: WVA, 2010.

4. MANTOAN, Maria Teresa Eglésias. Inclusão escolar: o que é? Por quê? Como fazer? São Paulo: **Moderna**, 2003.
5. MITTLER, Peter. Educação inclusiva: contextos sociais. Porto Alegre: **Artmed**, 2003.

John kenede Batista Lima

Fonoaudiólogo, docente e tradutor de Língua de sinais.

Mestre em educação (UFAC).

Especialista em audiologia com ênfase em processamento auditivo e eletrofisiologia.

Especialista em educação especial com ênfase em libras.